TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

1ª Reunião Ordinária do ano de 2022
(equivale à quarta reunião ordinária desde o início dos trabalhos)

Reunião de Análise da Estratégia – RAE

Comitê de Gestão Estratégica

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
14/03/2022	10h	Videoconferência

MEMBROS	
Des. João Benedito da Silva	Coordenador do Comitê Regional de Priorização do Tribunal de Justiça da Paraíba -TJPB
Euler Paulo de Moura Jansen	Juiz Auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do TJPB
Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça indicado pelo Corregedor-Geral do TJPB
Antônio Silveira Neto (ausente) Representado pela Gerente Financeira da ESMA - Gisele	Juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do TJPB
José Falbo Abrantes Vieira	Diretor Administrativo do TJPB
Izabel Vicente Izidro da Nóbrega	Diretora de Economia e Finanças do TJPB
Einstein Roosevelt Leite	Diretor de Gestão de Pessoas do TJPB
Ney Robson Pereira de Medeiros	Diretor de Tecnologia da Informação do TJPB
Robson de Lima Cananéa	Diretor Especial do TJPB
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB

PAUTA
1) Apresentação das Metas e Prioridades do Planejamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO do ano de 2023 2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico 3) Encaminhamentos

DEBATES
Aos catorze dias do mês de março do ano de 2022, às 10 horas, reuniram-se por videoconferência os membros do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, conforme fls. 01, justificando-se ausência do juiz Antonio Silveira Neto, que estava realizando audiências, mas que estava devidamente representado pela Gerente Financeira da Escola Superior da Magistratura – ESMA, Gisele. Também estiveram presentes Izabel Nóbrega, Diretora de Economia e Finanças e Erivalda, Gerência de Programação Orçamentária – GEORC. Iniciados os trabalhos, o Coordenador do Comitê Regional de Priorização do TJPB, Des. João Benedito, que presidiu a reunião, cumprimentou a todo(as) e passou a palavra para a Gerente de Projetos e Gestão Estratégica, Ana Caroline. Ela informou que seriam apresentadas as Metas e Prioridades para o Planejamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO do ano de 2023, pela Diretora de Economia e Finanças – DIFIN, Izabel Nóbrega, assim como seriam apresentados os Indicadores do Planejamento Estratégico de 2021 pela Gerente de Pesquisas Estatísticas, Renata Grigório. Assim, passou-se para a Pauta principal: **1) Apresentação das Metas e Prioridades para o Planejamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2023** – Izabel informou que o objetivo da reunião é alinhar o Planejamento Orçamentário, que é de curto, médio e longo prazo, ao Planejamento Estratégico, que é de longo prazo, consoante a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, bem como a Resolução 35/20, do TJPB, haja vista o orçamento ser o planejamento mínimo que o constituinte federal elegeu para os órgãos públicos. O Planejamento Estratégico deve estar refletindo no Orçamento e o Orçamento deve ser reflexo do Planejamento Estratégico. A ideia da reunião surgiu com Dr. Euler que entendeu ser produtivo e eficiente a participação do Des. João Benedito nas discussões, com anuência plena do Presidente do TJPB, Saulo Benevides, tendo em vista a próxima Gestão (2023/2024). Prosseguiu dizendo que Ana Caroline sugeriu que fosse incluído na discussão da LDO o Comitê de Gestão Estratégica, e que esta sugestão deveria ser mantida nas próximas Gestões, podendo-se iniciar tal proposta notificando todos os membros do Comitê de Gestão Estratégica para terem tempo de apresentarem as demandas e em seguida fazer a reunião de deliberação, a fim de encaminhar ao Presidente do TJPB. Izabel explicou o conteúdo da apresentação dizendo que a apresentação iniciaria definindo o que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em seguida, apresentaria o Desafio, que é integração entre Orçamento e Planejamento Estratégico. Após, passaria para os Objetivos. Na sequência, passaria para as Metas e Prioridades, com seus Temas, quais sejam: Gestão Administrativa, Infraestrutura Física, Tecnologia, Gestão Judicial, Segurança e, por último, o Compartilhamento do Incremento da Receita entre os Poderes (regra constitucional adotada pelo Mato Grosso do Sul – Emenda Constitucional nº 77, de 18/04/2017). Ao final da apresentação, Dr. Euler ressaltou a necessidade de iniciar a recomposição do quadro funcional, sugerindo concurso público para profissionais na área da

Contabilidade, Tecnologia, Arquivologia, assim como especialistas formados em Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, a fim de atuarem nos Núcleos de Apoio da Equipe Multidisciplinar – NAPEM, que foi criado pelo Ato da Presidência nº 37/20. Prosseguindo, e no tocante ao tema da Gestão Administrativa, quanto aos itens 1.1 e 1.2, o Des. João Benedito disse que a recomposição do quadro funcional para a Diretoria de Tecnologia da Informação – DITEC, poderia ser feita através de Processo Seletivo, e que o reajuste de magistrados(as) e servidores(as) há de se colocar anualmente no Planejamento Orçamentário. Em seguida, partiu-se para o ponto seguinte da pauta: **2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico** – Renata iniciou a apresentação dos Indicadores dos Macrodesafios referentes aos seguintes temas: Garantia dos Direitos Fundamentais, Agilidade na Prestação Jurisdicional, Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos e Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total, todos com base nos últimos três anos (2019, 2020 e 2021). Não tendo mais nada a tratar, e após abrir para votação, o Des. João declarou aprovada por unanimidade as Prioridades e Metas para o ano de 2023, parabenizando a todos os envolvidos(as) na elaboração, bem como agradeceu a contribuição de todos(as).

Encaminhamentos:

1) **Expedir ofício à Presidência informando aprovação unânime das Prioridades e Metas para 2023**
2) **Ainda será informada a data da próxima reunião**

OBS.:
1) SEGUE ANEXO O MATERIAL APRESENTADO PELA DIRETORA DE ECONOMIA E FINANÇAS.
2) SEGUE ANEXA A PLANILHA DO PAINEL DE INDICADORES APRESENTADO PELA GERENTE DE PESQUISAS ESTATÍSTICAS.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Coordenador do Comitê Regional de Priorização, que presidiu a reunião, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2022.03.15 18:27:00 -03'00'

Desembargador *João Benedito da Silva*

Coordenador do Comitê Regional de Priorização do TJPB

EULER PAULO DE MOURA JANSEN:4706480

Assinado de forma digital por EULER PAULO DE MOURA JANSEN:4706480
Dados: 2022.03.17 12:23:11 -03'00'

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

IZABEL VICENTE IZIDORO DA NOBREGA:4762258

Assinado de forma digital por IZABEL VICENTE IZIDORO DA NOBREGA:4762258
Dados: 2022.03.16 10:53:02 -03'00'

ROBSON DE LIMA CANANEA:4682980

Assinado de forma digital por ROBSON DE LIMA CANANEA:4682980
Dados: 2022.03.16 11:12:12 -03'00'

EINSTEIN ROOSEVELT LEITE
Diretor

NEY ROBSON PEREIRA DE MEDEIROS:4714482

Assinado de forma digital por NEY ROBSON PEREIRA DE MEDEIROS:4714482
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autoridade Certificadora da Justica - AC-JUS, ou=Cert-JUS Institucional - A3, ou=31737978000164, ou=Presencial, ou=Tribunal de Justica da Paraiba-TJPB, ou=Servidor, cn=NEY ROBSON PEREIRA DE MEDEIROS:4714482
Dados: 2022.03.16 11:31:14 -03'00'

GISELE ALVES BARROS SOUZA:4780515

Assinado de forma digital por GISELE ALVES BARROS SOUZA:4780515
Dados: 2022.03.16 12:22:25 -03'00'

JOSÉ FALBO DE ABRANTES VIEIRA

Assinado de forma digital por JOSÉ FALBO DE ABRANTES VIEIRA
Dados: 2022.03.16 12:29:35 -03'00'

FABIO JOSE DE OLIVEIRA ARAUJO:4712706

Assinado de forma digital por FABIO JOSE DE OLIVEIRA ARAUJO:4712706
Dados: 2022.03.16 14:07:28 -03'00'

ANA CAROLINE LEAL VASCONCELOS:4758269

Assinado de forma digital por ANA CAROLINE LEAL VASCONCELOS:4758269
Dados: 2022.03.16 18:06:16 -03'00'

METAS E PRIORIDADES PARA PLDO ANEXO III

EXERCÍCIO DE 2023

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

Instrumento de planejamento de curto prazo contendo as Metas e Prioridades do TJPB para 2023

Autorização para o aumento da despesa com pessoal (art. 169, §2º, da CF/1988)

Aumento e expansão da ação governamental deve estar de acordo com essas metas e prioridades, projetos de TI e de engenharia (art. 16, da LRF).

DESAFIO

Alinhar o PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO (curto/médio/longo prazo) ao PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO (longo prazo) – estabelecido na Estratégia Nacional do Poder Judiciário (CNJ) e na Resolução nº. 35/2020 (TJPB)

Missão do TJ/PB: Concretizar a justiça, por meio de uma prestação jurisdicional acessível, célere e efetiva. (Resolução nº. 35/2020)

Objetivo 1

PLANEJAMENTO

1. reduzir a incerteza
2. racionalizar a ação
3. dar eficiência aos gastos (executar mais com menos)
4. obter eficácia (alcançar o resultado desejado)
5. garantir efetividade (o resultado atende ao almejado)

Objetivo 2

Atingir a maior pontuação no indicador de desempenho:

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira (Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 - CNJ)

METAS E PRIORIDADES 2023 – TEMA: GESTÃO ADMINISTRATIVA

	PRIORIDADES	PREVISTO 2022	PREVISÃO 2023
TEMA: Gestão Administrativa	**1.1 Recomposição do quadro funcional, através da criação de cargos, empregos e funções públicas e realização de concurso público/processo seletivo** **1.2 Concessão de reajustes e revisão de remuneração e subsídios aos servidores e magistrados** **1.3 Contratação de estagiários para auxiliar as atividades administrativas e judiciais do Poder Judiciário paraibano** **1.4 Desenvolvimento e adequação da política de auxílio-saúde/auxílio-alimentação para os servidores e os magistrados, nos moldes definidos pela normatização específica**	x	x

	PRIORIDADES	INICIADAS 2022	PREVISÃO 2023
TEMA: Gestão Administrativa	**1.5 Promoção da Sustentabilidade por meio de premiação das equipes administrativas que se destaquem pela implementação de projetos e tecnologias sustentáveis nos fóruns do Estado da Paraíba; e por meio da realização de capacitação para mulheres pré-egressas, visando a confecção de produtos sustentáveis**	X	x
	1.6 Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária por meio da instituição do modelo de governança e, por meio dele, construir a cadeia de valor do Tribunal de Justiça e dar início ao mapeamento dos processos de trabalho		x
	1.7 Designação das comissões permanentes de avaliação e gestão documental, por meio de equipe exclusiva de especialistas em arquivologia e direito.		x

METAS E PRIORIDADES 2023 – TEMA: INFRAESTRUTURA FÍSICA

	PRIORIDADES	INICIADAS 2022	PREVISÃO 2023
TEMA: Infraestrutura Física	**2.1. Obras de construção e reforma nas unidades administrativas e nas unidades judiciárias do 1º e 2º graus, com o fim de melhorar as condições físicas da prestação jurisdicional**;	X	x
	Unidades Administrativas e Judiciárias: Palácio da Justiça, Anexo Administrativo, Fórum Criminal JP, Fórum de Mangabeira, Fórum de CG, Fórum de São José de Piranhas, Fórum de Picuí, Fórum de São João do Rio do Peixe, Fórum de Princesa Isabel	x	x
	Unidade Administrativas e Judiciárias: Palácio da Justiça, Anexo Administrativo (fachada, acessibilidade), Fórum Cível JP (fachada ventilada), Cajazeiras (novo Fórum)		x

METAS E PRIORIDADES 2023 - TEMA: TECNOLOGIA

	PRIORIDADES	PREVISTO 2022	PREVISÃO 2023
TEMA: Tecnologia	3.1 Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC do Judiciário (Entic-Jud) e de Proteção de Dados (LGPD) com aquisição de sistemas de governança de dados sensíveis, segurança cibernética, repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), proporcionando melhoria do acesso à justiça com a implantação do Plano de Transformação Digital com transparência e segurança na gestão dos dados armazenados no TJPB	x	x
	3.2 Provimento de aplicações de apoio aos processos de trabalho por meio da contratação de fábrica de software sob demanda para o desenvolvimento, evolução e manutenção de sistemas judiciais e administrativos, manutenção dos sistemas legados em linguagem natural/ADABAS, software em nuvem (SaaS), licenças de banco de dados, business inteligence, gestão de ativos de TI, videoconferência, editoração de imagens e engenharia e arquitetura		x
	3.3 Garantia da eficiência e eficácia operacional dos serviços de TI como por meio de aquisição de computadores e notebooks, scanners, switches, storage, roteadores wi-fi, outsourcing de impressão, contratação de suporte para manutenção da sala cofre, de continuidade em nuvem computacional (IaaS), de central de atendimento de serviços de TI e links de internet principal e redundantes para todas as unidades do Poder Judiciário Estadual		x

	PRIORIDADES	PREVISTO 2022	PREVISÃO 2023
TEMA: Tecnologia	3.4 Realizar concurso público para preenchimento de cargos vagos no quadro de tecnologia da informação do Tribunal a fim de atender as demandas de tecnologia e o quadro mínimo de servidores de TI definido pelo CNJ e promover a capacitação e evoluir competências das pessoas de TI com foco na melhor qualidade e aperfeiçoamento dos serviços de TI providos pelo Tribunal		x
	3.5 Promover meios, soluções e iniciativas para convergência à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), ENTIC-JUD e Programa Justiça 4.0, do CNJ		x
	3.6 Aperfeiçoamento do Sistema de Recursos Humanos		X
	3.7 Implementação de repositórios arquivísticos confiáveis – RDC-Arq.		x

METAS E PRIORIDADES 2023 – TEMA: GESTÃO JUDICIAL

TEMA:

Gestão Judicial

PRIORIDADES	PREVISTO 2022	PREVISÃO 2023
4.1 Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa, estabelecendo metodologia de trabalho para os processos respectivos, de modo a reduzir o tempo médio de tramitação nestes feitos;	X	X
4.2 Fomento às unidades e aos servidores mais produtivas que alcançarem índices e metas de indicadores de desempenho do Conselho Nacional de Justiça;	X	X
4.3 Realização das Semanas pela Paz em Casa, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, objetivando proteger e julgar de forma célere os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, ampliando a efetividade da Lei Maria da Penha	X	X
4.4 Realização do mês nacional do Júri por meio de um esforço concentrado para julgamento de crimes hediondos;	X	X
4.5 Realização da Semana Nacional de Conciliação com objetivo de solucionar os conflitos com o auxílio de conciliadores	X	X

TEMA:

Gestão Judicial

PRIORIDADES	PREVISTO 2022	PREVISÃO 2023
4.6 Instalação dos Centros especializados de proteção às vítimas de crimes e atos infracionais, nas comarcas de João Pessoa e Campina Grande, por meio de adequação de espaço físico e parcerias firmadas com equipes multidisciplinares e aplicativos de transporte para translado destas aos fóruns		X
4.7 Instalação de novos núcleos de justiça 4.0, com equipe exclusiva de servidores e assessores		X

METAS E PRIORIDADES 2023 – TEMA: SEGURANÇA

Compartilhamento do Incremento da Receita entre os Poderes

- REGRA CONSTITUCIONAL ADOTADA PELO MATO GROSSO DO SUL (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 77 DE 18/04/2017)

- II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo(IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que vier a substituí-lo, acumulado no período de doze meses encerrado em abril do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária.
- § 2° Ao limite indicado no inciso II do § 1° deste artigo, será acrescido o percentual correspondente a 20% do crescimento da Receita Corrente Líquida que exceder ao índice de correção estabelecido no mesmo inciso.

Desempenho TJPB
Indicadores do Planejamento Estratégico

GERÊNCIA DE PESQUISAS ESTATÍSTICAS

MACRODESAFIOS

- Garantia dos Direitos Fundamentais
- Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
- Agilidade na Prestação Jurisdicional
- Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
- Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
- Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
- Promoção da Sustentabilidade
- Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal
- Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Garantia dos Direitos Fundamentais

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2019	2020	2021
Garantia dos Direitos Fundamentais	Tempo médio de decisão	812,27	803,91	859,00
	Taxa de magistrados na população	0,0067%	0,0066%	0,0064%
	Taxa de varas na população	0,0056%	0,0053%	0,0058%
	CN 1º grau por 100 mil habitantes	6.393	6.855	7.487
	Casos novos eletrônicos em relação aos casos novos total	84,95%	92,68%	98,64%

IAJ – Índice de Acesso à Justiça >>> INDICADOR EM CONSTRUÇÃO PELO CNJ

Agilidade na Prestação Jurisdicional

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2019	2020	2021
Agilidade na Prestação Jurisdicional	Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais	90,02%	85,62%	84,90%
	TCL - Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais	71,80%	67,31%	58,71%
	IAD - Índice de Atendimento à Demanda	108,06%	137,54%	127,75%

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

MACRODESAFIO	INDICADORES RELACIONADOS	2019	2020	2021
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos	Índice de Conciliação	7,03%	7,85%	8,64%

Índice de Realização de Audiências no CEJUSC
Índice de Casos Remetidos para Câmara de Conciliação/Mediação
IC334 - Índice de Realização de Audiências no Art. 334 do CPC

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

INDICADORES RELACIONADOS	2019	2020	2021
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total	77,67%	81,52%	98,17%

Muito Obrigada!